

Modernizar para competir

14 AGO 2006

EM NOME DE INTERESSES corporativistas, adesão a teses ultrapassadas e temores eleitorais descabidos, o Brasil tem adiado uma mudança fundamental para que o país alcance vãos mais notáveis: a modernização das regras trabalhistas. Graças ao Ipea, o instituto de pesquisas econômicas ligado ao Ministério do Planejamento, o tema ganhou esta semana argumentos consistentes, bem distantes da tentação ideológica que costuma turvar as análises sobre emprego no país.

O documento mostra que a informalidade passou a ser um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Ressalta que as atuais regras são incompatíveis com a necessidade de aumentar os investimentos e a competitividade das empresas. Revela como a combinação entre um modelo ultrapassado de regras trabalhistas e a liberalização econômica da década de 90 produziu os péssimos indicadores identificados hoje no mercado de trabalho. Explica ainda por que a economia brasileira estará condenada a crescer numa velocidade menor que a esperada se nada for feito no médio e no longo prazo.

Desde meados da década passada, informa o estudo, um intrigante fenômeno vem ocorrendo no mercado de trabalho. Sempre que a economia cresce e gera empregos, cresce também o número de trabalhadores que atuam no setor informal. Em outras palavras, aumenta o exército de brasileiros com trabalho precário e salários menores, promove perdas monumentais na arrecadação previdenciária e tributária do governo e diminui a produtividade da economia. No passado, a equação era diferente.

Nos últimos 12 anos há uma perigosa estabilidade da informalidade brasileira. Em 1992, 51,9% dos trabalhadores não tinham carteira assinada. Em 2004, o índice estava em 51,2%. Tais números resultam de uma perversa conjugação de fatores com a qual o país se acos-

tumou a conviver.

A partir do início da década de 90, o Brasil abriu a economia, estabilizou a moeda e começou a adotar práticas severas e responsáveis nas contas governamentais. Este mesmo país atravessou choques externos, elevou sucessivamente a carga tributária e manteve regras consagradas na Constituição de 1988 que se revelaram insustentáveis. Essas receitas, combinadas, estimularam o desemprego e a informalidade. Foi ruim para o governo, péssimo para as empresas e uma tragédia para milhões de brasileiros.

Há outras faces do mesmo problema que ultrapassam os limites de empresários e trabalhadores. Explicam muitas das chagas ainda enfrentadas pelo país e mostram por que o Brasil precisa dar continuidade às reformas do Estado iniciadas no governo Fernando Henrique e praticamente

Sempre que a economia cresce, cresce também o exército atuante no setor informal

abandonadas na gestão do presidente Lula.

Enquanto padecem com a sobrevivência do modelo varguista, os brasileiros têm assistido à espetacular queda do risco-país, que atingiu o menor patamar da história. Mas a saúde da moeda e a musculatura adquirida pela economia mantêm-se ao lado do engessamento do Estado. A armadilha montada por um *welfare state* inviável exigiu, por exemplo, que o ajuste fiscal implementado nos últimos anos fosse obtido à base de sucessivos aumentos de receita e não pela via de um redesenho amplo e eficaz da administração pública.

O resultado é um Leviatã perdulário e ineficiente, repleto de exigências impostas sobre empresas e cidadãos. A debilidade estampada pelo estudo do Ipea configura só um entre tantos exemplos dessas anomalias eternizadas. Se quisermos ingressar no competitivo jogo do século 21, convém eliminá-las.